



DAS QUESTÕES SOCIOLINGUÍSTICAS ÀS PRÁTICAS DE ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM ANGOLA (LUBANGO)

João Martins (Universidade da Beira Interior -Covilhã, Portugal)
jomartinsrita@gmail.com

Paulo Osório (Universidade da Beira Interior -Covilhã, Portugal)
pjrso@ubi.pt

RESUMO: Este artigo pretende contribuir para a compreensão do quadro sociolinguístico angolano e a situação do português neste território, pondo em discussão o ensino-aprendizagem da língua portuguesa, que tem sido uma preocupação em Angola e, de modo geral, em todo o espaço lusófono. A investigação procura fornecer dados fiáveis sobre a realidade sociolinguística e cultural de Angola, pretendendo, numa perspetiva reflexiva, auxiliar no entendimento das conceções de linguagem adotadas a nível das práticas docentes e repensar em prol do plano de formação de professores de língua, bem como os paradigmas atuais observados.

PALAVRAS-CHAVE: Sociolinguística. Língua. Ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa.

ABSTRACT: This dissertation's purpose is to contribute to the learning of the Angolan sociolinguistic framework and of the Portuguese situation in this territory, putting in discussion the topic about teaching and learning of the Portuguese Language, which has been a concern in Angola and, in general, all of the Lusophone space. The investigation looks to provide reliable data about the sociolinguistic reality and culture of Angola, intending, in a reflexive perspective, help in the understanding of language conceptions adopted to the level of the teaching practices and rethink in favor of the language teachers formation plan, as well as the actual observed paradigms.

KEYWORDS: Sociolinguistics. Language. Teaching and Learning of the Portuguese Language.

1 INTRODUÇÃO

O mosaico sociolinguístico angolano está intrinsecamente ligado às marcas peculiares dos povos que dele fazem parte, como resultado do processo histórico de formação de Angola, sendo por este facto que o uso do português, em Portugal e em Angola, não é igual, nem podemos pretender que assim seja, uma vez que estamos diante de povos com realidades social, histórica, cultural, linguística, política e económica diferentes. Os fenómenos de mudança e de variação no português falado em Angola é uma realidade inquestionável, visto que, na realização da atividade linguística, os

falantes apresentam características típicas e bem marcantes, distanciando-se da realidade sociolinguística portuguesa, onde o real linguístico está próximo do ideal (o português padrão), diferente do contexto angolano que, na verdade, é multilingue. Assim, acreditamos ser daí que, por algumas dessas razões, quando se fala do português em Angola, se afirma estar em formação e generalização uma variedade do português que se distancia do português europeu, sendo, por sua vez, a norma-padrão desta sociedade.

Diante do que foi exposto, ressaltando a abordagem de que há características próprias e visíveis no português da variedade angolana, vários autores como Castro (2006), Undolo (2014, p. 25), Adriano (2014, p. 57) entre outros, apresentam-nos uma reflexão na qual nos dão conta da existência de determinadas características específicas no português falado em Angola, revelando-se aí a constituição de uma gramática não coincidente nem com o PE, nem com o PB, tal como acontece em Moçambique (Castro, 2006, p.10). De igual modo, (2008, p. 171) sublinha que a variedade do português que se tem vindo a generalizar não é a variedade padrão europeia, mas sim uma variedade vernácula do português resultante do contacto com as línguas africanas num contexto multilingue em que estas continuam a ser as mais faladas no dia-a-dia pela maioria da população e em que o acesso à educação formal e aos meios de comunicação social é ainda pouco generalizado.

Em Angola, a situação linguística é bastante complexa, coexistindo num único território diversos grupos linguísticos e algumas centenas de línguas, onde a língua portuguesa coabita com as línguas do grupo bantu e não bantu. A LP funciona como o veículo de comunicação entre os povos cujas línguas maternas angolanas são diferentes, pois o contrário traria consigo implicações na comunicação entre os cidadãos e na administração pública do Estado.

Perfilhando a ideia de Mingas (2000, p. 32), em Angola, podemos observar a existência de línguas que pertencem à família linguística bantu e as que são da família não bantu e que, por força da expansão portuguesa, no fim do século XV, e início do século XVI, começaram a conviver com a língua portuguesa, tendo permanecido até aos nossos dias como LO, com pendor de LN e por ser a única que une os distintos grupos



etnolinguísticos. Relativamente às da família bantu, citamos as seguintes: Umbundu, Kimbundu, Cokwe, Kikongo, Ngangela, Kuanhama, Nhaneka, Helelo, Oxindonga e Oxiwambo. Quanto às da família não bantu, temos o Khoisan e o Vatawa. Documentos sobre a história destes povos são escassos ou quase não existem, tal como dava conta Undolo (2014, p. 61), o que revela a marginalização destes grupos. Efetivamente, as línguas khoisan são precisamente o Khoi (do povo Hotentote) e o San (do povo Vakankala).

2 O PERFIL SOCIOLINGUÍSTICO DO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA EM ANGOLA

A sociedade angolana está em constante mudança diária, impondo uma reiterada adaptação no sistema de ensino e nas regras educacionais. Assim, atendendo aos fenómenos de Globalização, massificação do ensino e à crescente expansão do uso da língua portuguesa que esta sociedade tem vivido nos últimos tempos, essa adaptação é cada vez mais pertinente, obrigando à adoção de métodos e estratégias que permitam um ensino eficaz da Língua Portuguesa, enquanto língua oficial. Deste modo, no quadro de perfil sociolinguístico, a nível da prática docente, torna-se indispensável que o professor apresente ao aluno a variante culta, sem dúvida alguma, mas, além de ensinar a variedade culta da língua apresentada, é necessário considerar, na praxis escolar, todas as variedades linguísticas que os alunos trazem dos seus ambientes, pois os estudos sociolinguísticos comprovam que não existe uma maneira certa ou errada para falar, o que existe são variedades distintas dentro de uma mesma língua, todas eficazes no âmbito da comunicação. Por conseguinte, do ponto de vista de perfil sociolinguístico do professor, vale dizer que nos tempos hodiernos o docente não deve basear a sua atividade numa visão monocultural, pois o ensino de línguas tem de ser intercultural, pautado na aquisição dos aspetos estruturais e culturais associados à língua local e estrangeira, com o intuito de desenvolver, no aprendente, a capacidade de entender a



cultura estrangeira e usar a língua nas mais variadas situações, de modo a compreender e a se fazer compreendido no mundo que o cerca.

Para que a aula de língua seja útil, alcançando os objetivos preconizados, é indispensável que o professor planeje as atividades didáticas da variedade linguística mais prestigiada (PE), tendo em conta, sempre, a variedade angolana do português (PA), as suas características específicas, visto que a mesma reflete a prática comunicativa real dos alunos. Deste modo, toda a atividade interativa como a escrita e a oralidade devem partir do contexto real de uso da língua, adequando os conteúdos gramaticais aos textos selecionados. Este procedimento de planejar as práticas pedagógicas, tendo em atenção as dificuldades dos alunos, garante que os mesmos adquiram competências no domínio ortográfico e oral sem, no entanto, ferir a sua identidade linguística. Ademais, o professor deve refletir sobre os fenómenos da linguagem, especialmente os que envolvem a questão da variedade linguística, garantindo o combate à estigmatização, à discriminação e aos preconceitos relativos ao uso da língua e, por meio de atividades de interação discursiva, envolver o aluno na reflexão destas questões.

É preciso recordar que o papel do professor vai para além de ensinar, ele é antes de tudo um educador, conselheiro e interveniente ativo na vida do aluno. Deste modo, não basta apenas o professor ter o domínio da sua área de atuação, tal como nos reportam Gaspar *et al.* (2012, p. 23), reforçando que, hoje, o docente tem de possuir múltiplos papéis. A expectativa dos observadores, normalmente, é que os papéis apontados sejam todos exercidos no ambiente escolar e em consonância com os valores sublimes que a sociedade espera. Ora, tendo como base os autores referidos e se pensarmos que a escola apresenta diretrizes focadas num currículo e que o seu alvo é o processo de ensino, restritamente, então, não havendo nas linhas dos objetivos espaços para que o docente desempenhe outras funções, as aprendizagens vão sempre ser lacunares.

Como sabemos, trabalhar com a linguagem é uma tarefa que vai para além das atividades de ensino-aprendizagem; este trabalho transcende as preocupações que se prendem com o funcionamento da língua, devendo incidir, a nosso ver, numa verdadeira e plena preparação do aluno, num processo integrado de desenvolvimento intelectual,



físico e moral do indivíduo, principalmente na infância e na juventude, salvaguardando os intentos fundamentais da educação e a garantia de uma inserção adequada do Homem na sociedade atual e democrática.

Pensando nos novos desafios sociais, entendemos que deve ser preocupação do professor educar para a vida e para a participação ativa dos alunos, com o auxílio do Estado e de toda a comunidade, visando o alcance do bem-estar e a sua verdadeira promoção, enquanto indicadores significativos de desenvolvimento.

De facto, do ponto de vista de progresso efetivo no setor de ensino e educação em Angola, a LBSEE apresenta-nos caminhos que conduzir-nos-iam para a melhoria e qualidade do processo de ensino-aprendizagem, mas há imobilização de vária índole para que essa realidade se materialize na vida social e pública angolana. Nesta lei, até certa medida, podemos constatar a preocupação do Estado no que respeita ao papel da LP, seu domínio ao longo da formação do indivíduo e o impacto desempenhado por ela para a compreensão das outras matérias ou de determinados conhecimentos e, essencialmente, a força que exerce no desenvolvimento intelectual do mesmo e da comunidade no contexto global.

Precisamos, na verdade, perceber que a concretização do ensino da língua como um facto capaz de fomentar o domínio da comunicação, da expressão oral e escrita, por parte do aluno e da comunidade onde ele se insere, deve refletir a situação socioeconómica e histórico-cultural dos sujeitos alvo, estando, indispensavelmente, em harmonia com a aproximação da escola, do livro, destacando a leitura e também outros parceiros sociais. É, sem dúvida, uma das tarefas da escola conjugar este esforço, pois percebemos ser sua missão desenvolver experiências práticas, fortalecer os mecanismos de aproximação entre a escola e a comunidade, dinamizando a função inovadora e interventiva que lhe compete, tal como a LBSEE (2016, p. 3998) consagra no seu artigo 33.º f).

No seguimento do perfil sociolinguístico do professor de língua em Angola, em correspondência com as escolas de formação de professores, atentemos na LBSEE (2016, p. 3999), uma vez que o seu artigo 44.º faz-nos saber de alguns pressupostos a

serem observados por quem integre a classe docente. Com efeito, o professor deve reunir os seguintes perfis:

- Estar dotado de perfil necessário à materialização integral dos objetivos gerais da educação nos diferentes subsistemas de ensino;
- Possuir sólidos conhecimentos científicos, pedagógicos, metodológicos, técnicos e práticos;
- Competência para promover hábitos, habilidades, capacidades e atitudes necessárias ao desenvolvimento da consciência nacional;
- Assumir com responsabilidade a tarefa de educar;
- Estar pronto para participar em ações de atualização e aperfeiçoamento permanente dos professores e agentes da educação;
- Ter formação na área de conhecimento para o exercício do serviço docente.

Assim, o professor de LP em Angola tem toda uma tarefa complexa, pelo facto de ensinar a língua a um grupo de falantes que possui uma história (socio)linguística complexa.

3 PRÁTICAS DOCENTES NA DISCIPLINA DE LÍNGUA PORTUGUESA: ESTUDO DE CASO

3.1 DESCRIÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA DO LOCAL EM ESTUDO

A língua portuguesa na Huíla permite o entendimento entre os cidadãos falantes de várias línguas maternas angolanas. Deste modo, inegavelmente, fica confirmado o poder e o papel que a língua portuguesa desempenha em Angola, mais concretamente nesta parcela do país. A diversidade linguística e cultural apresentada por esta província é complexa e bastante plural, daí haver alguma dificuldade no estabelecimento efetivo do seu estudo e, ainda que não queiramos, de modo geral, tais dificuldades também são visíveis no âmbito da realização dos estudos sobre as línguas de origem bantu, dada a sua



diversidade e complexo quadro etnolinguístico. Nesta ordem de ideias, grosso modo, depreendemos que o encontro entre os vários grupos etnolinguísticos e a consequente miscigenação da população huilana fundamenta-se em questões de carácter geográfico e social, nomeadamente i) a facilidade no acesso a esta província, em função da sua localização fronteiriça; ii) os fluxos migratórios que resultaram da intensa guerra civil que durou quase 30 anos, sem nos esquecermos das necessidades voltadas para a procura de melhores condições de vida.

Atualmente, o Lubango por granjear o estatuto de cidade capital, a nível da província da Huíla, faz convergir no seu espaço uma mescla considerável dos povos pertencentes aos vários grupos etnolinguísticos e aos diferentes *status* sociais, conforme, normalmente, as capitais e/ou as grandes cidades são caracterizadas.

No sentido de termos uma compreensão objetiva e clara do composto sociolinguístico no espaço territorial em estudo, relativamente ao convívio entre a diversidade de povos, entre as línguas bantu, não bantu (Khoisan) e a europeia (LP), revela-se imprescindível mencionar que o estabelecimento de populações europeias no planalto da Huíla foi motivado pela sua privilegiada localização geográfica e pela apazibilidade do seu clima singular. Assim sendo, não é estranho e nem duvidoso que, consequentemente, tenham sido os colonos madeirenses, habituados às altas escarpas da ilha, os primeiros a fixar-se nesta concavidade elevada a quase dois mil metros acima do nível do mar.

3.2 METODOLOGIA

Quanto à metodologia para a realização deste trabalho, recorreremos à aplicação de inquérito por questionário, por ser uma técnica que possibilita obter respostas indispensáveis para a prossecução dos nossos objetivos. Assim sendo, para constituir o corpo da pesquisa, o nosso público-alvo foi composto por uma turma de 38 estudantes do Curso de Linguística/Português, do 3º Ano do Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla (ISCED-Huíla), localizado na capital provincial (Lubango) e que, por conseguinte, constituiu a amostra. Este grupo foi selecionado pelo facto de, normalmente,



no seio das turmas haver professores de Língua Portuguesa a par de futuros professores de língua. O trabalho pretendeu compreender a situação do ensino do Português e dos seus falantes no Lubango.

3.3 INSTRUMENTO

PERFIL DO INQUIRIDO

1. Género:

Masculino

Feminino

2. Idade:

19 a 25 anos 26 a 32 anos 33 a 39 anos 40 a 46 anos Mais de 46

anos

3. É professor de Língua Portuguesa?

Sim

Não

4. Qual é a classe que leciona?

5. Em que zona vive?

Urbana

Rural

Semiurbana

6. Província de nascimento: _____

7. Província de residência: _____

8. Qual é a sua categoria sociolinguística?

Monolíngue

Bilíngue

Plurilíngue

9. Qual dos estatutos acha que o português possui em Angola?

LN

LO

LM

LS

LE

9.1. Em que estatuto acha que o português deveria ser ensinado? Justifique.



10. Já ouviu falar sobre o ensino do português como língua segunda?

Sim

Não

10.1. Por que meio ou circunstância ouviu?

11. Quantas línguas maternas de Angola domina?

Nyaneka Umbundu Nganguela kimbundu

Kikongo Helelo Cokwe Kwanyama

Outra

(por favor, mencione.) _____

12. Acha que a compreensão da temática sobre a variação linguística é relevante para o ensino do português?

Sim

Não

Porquê? _____

13. Conhece as concepções de linguagem que refletem o ensino de uma determinada língua?

Sim

Não

13.1. Qual delas garante um ensino efetivo do português?

14. Considera a gramática como um instrumento principal no ensino da língua portuguesa?

Sim

Não

Porquê?

15. Que fenómenos linguísticos estarão na base dos enunciados que se apresentam em F1 e F2?

F1 Ele deu as ovelhas no meu pai. F2 Eu lhe dei bananas.



16. Já ouviu falar sobre o perfil sociolinguístico do professor de Língua Portuguesa?

Sim

Não

16.1. Enumere os que conhece.

3.3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Distribuimos os dados por um conjunto de 26 itens expostos sob a forma de tabelas e gráficos, garantindo uma leitura fácil e explícita. A informação recolhida através de questões abertas e fechadas será analisada numa perspetiva qualitativa direta, possibilitando realizar uma descrição objetiva do conteúdo, em função dos objetivos preconizados. A nível de sequência, os dados serão apresentados segundo a ordem das respostas às perguntas formuladas no questionário.

Tabela 1: Género e idade dos informantes

Género	Frequência	Percentagem
M	20	53%
F	18	47%
Total	38	100%
Idade		
De 19 a 25	29	77%
De 26 a 32	7	18%
De 33 a 39	2	5%
De 40 a 46	0	0%
Mais de 46	0	0%
Total	38	100%

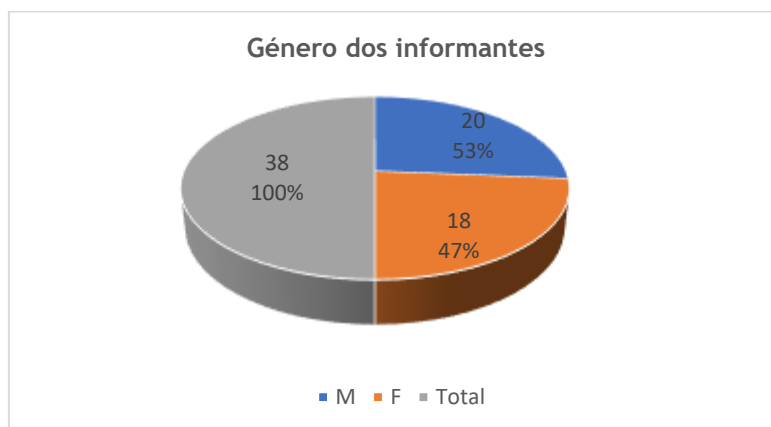


Gráfico 1: Género dos informantes

A tabela 1 e o respetivo gráfico fazem menção ao género e à idade dos informantes. Considerando que o nosso grupo alvo é constituído por 38 estudantes, cuja distribuição corresponde a 20 do género masculino que perfaz 53% e 18 do género feminino, perfazendo 47%, ora, apesar de haver um certo equilíbrio, este resultado mostra que a maioria do nosso grupo alvo é do género masculino, o que contrasta com a atual realidade angolana, visto que a maior parte das turmas do ensino geral e superior é composta por estudantes do género feminino, tal como refletem os resultados recentes do Censo Geral da População de Angola de 2014, em que deixa bem patente que 52% da população é feminino. Ainda assim, acreditamos que esta realidade reflète de algum modo uma situação que se explica por diversos fatores de ordem sociocultural em que as mulheres se encontram relegadas, em muitos casos, para segundo plano ou em pequeno número nos diferentes setores da vida pública.

Quanto à idade, conforme se vê no gráfico abaixo, a variação é de 19 a 46 anos (ou mais de 46 anos). A média desse grupo alvo, pelas características da amostra, sendo uma turma do período regular, corresponde ao intervalo de 19 a 25 anos de idade, somando um total de 77%. Todavia, as diferenças observadas devem-se às especificidades próprias da população estudada, refletindo a composição etária e social angolana, por se tratar de uma faixa etária jovem a frequentar o ensino superior, dado que a atual realidade universitária do país indica que a maior parte conclui a formação superior

(licenciatura) com 30 anos de idade. Este facto justifica-se pela insuficiência de universidades a nível nacional, pese embora o número tenha aumentado depois da paz alcançada em 2002.

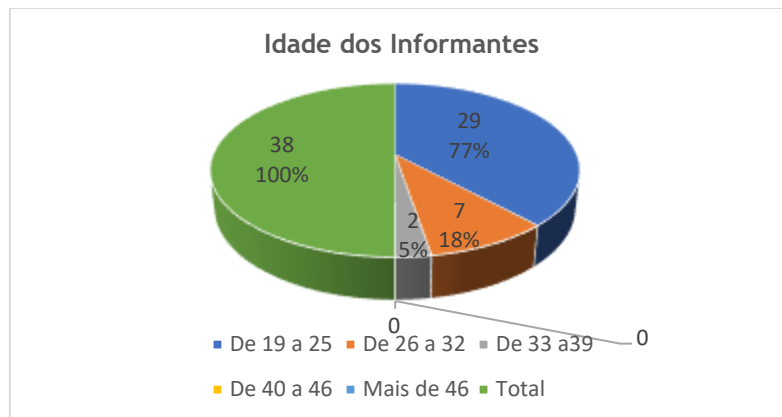


Gráfico 2: Idade dos Informantes

Tabela 2: Informantes que lecionam a Língua Portuguesa e o respetivo ano/classe

Situação quanto à ocupação	Frequência	Porcentagem
Estudante trabalhador	14	37%
Estudante não trabalhador	24	63%
Total	38	100%
Ano de escolaridade		
7º, 8º e 9º Anos	10	71%
10º, 11º e 12º Anos	4	29%
Total	14	100%

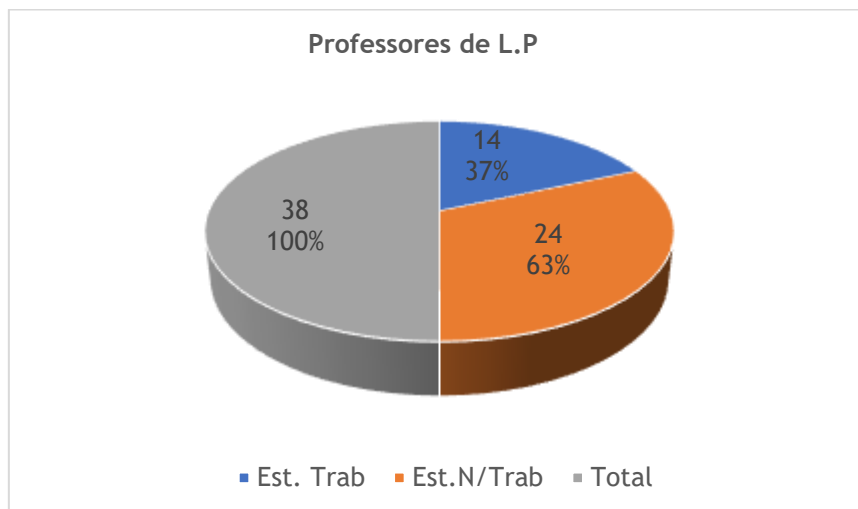


Gráfico 3: Professores de L.P

A tabela 2 e o respetivo gráfico mostram o universo da atividade do nosso grupo alvo e o nível de escolaridade lecionado por aqueles que já são professores. Assim sendo, para os estudantes e professores, simultaneamente, a amostra é de 14 informantes, o que perfaz um total de 37%. Quanto aos estudantes não trabalhadores, obtivemos um número de 24 informantes, com uma percentagem de 63%. Desta forma, considerando a distribuição por ano de escolaridade, relativamente aos professores estudantes, observa-se que 10 lecionam no primeiro ciclo, correspondendo ao 7.º, 8.º e 9.º anos, perfazendo 71%, sendo que 4 desse grupo lecionam no segundo ciclo, que corresponde aos 10.º, 11.º e 12.º anos, totalizando 29%. Nessa sequência, os resultados obtidos mostram que no contexto angolano há a possibilidade de encontrar estudantes trabalhadores pelo facto de o Estado dar essa oportunidade, em função da escassez de professores, associando a situação socioeconómica, o que obriga os estudantes em fase de formação a concorrerem para a carreira docente antes da conclusão do Curso. Para tal, é necessário que os mesmos reúnam os requisitos exigidos pelo MED.

Tabela 3: Distribuição em zona

Zona	Frequência	Percentagem
Urbana	17	45%
Semiurbana	20	53%
Rural	1	2%
Total	38	100%
Província de Nascimento		

P. Nascimento	Frequência	Percentagem
Huíla	28	73%
Namibe	2	5%
Cunene	1	3%
Huambo	1	3%
Zaire	2	5%
Uíge	1	3%
Lunda Sul	1	3%
Zona	Frequência	Percentagem
Luanda	2	5%
Total	38	100%
Província de Residência		
P. Residência	Frequência	Percentagem
Huíla	36	74%
Cunene	1	3%
Zaire	1	3%
Total	38	100%

Dado o enfoque geográfico apresentado pela tabela 3, os dados mostram que, dos 38 informantes, 17 vivem na zona urbana, correspondendo a 45% e 20 com uma percentagem de 53% vivem na zona semiurbana, enquanto que apenas 1 vive na zona rural, somando 2%. Essa amostra diz respeito à distribuição habitacional dos inquiridos naquela circunscrição de Angola. Com estes resultados, conclui-se que 53%, a maioria, está localizada na zona intermédia do espaço universitário, comparando com os demais.

Como se vê na tabela acima, quanto à proveniência dos estudantes, obtivemos a informação de que o ensino-aprendizagem decorre num ambiente heterogêneo, dada a deslocação dos estudantes em todas as regiões do país, em função da procura da área de formação desejada por estes, bem como pelo número reduzido de estabelecimentos de ensino superior nas suas cidades de origem. Este facto contribui para a centralização dos quadros nas cidades onde há um número de universidades maior, causando um desequilíbrio na distribuição dos quadros ao nível nacional. Contudo, apesar da diversidade de origem, observamos que o maior número de estudantes a frequentar o Curso de Linguística/Português é natural da Huíla, correspondendo a 73% (28 estudantes), ao passo que 27% (10 estudantes) é oriundo de outras províncias, tal como ilustra a tabela.

Finalmente, olhando para a distribuição destes, por província de residência, a Huíla lidera com 36 estudantes, perfazendo uma percentagem de 74%. Em relação ao Cunene e Zaire, a turma é representada por um estudante por cada província, o que perfaz um universo de 3% para cada. O resultado é bastante significativo, pese embora o enfoque geográfico não seja tão determinante neste estudo.

Tabela 4: Categoria Sociolinguística

Categorias	Frequência	Percentagem
Monolingue	15	39%
Bilingue	21	56%
Plurilingue	2	5%
Total	38	100%

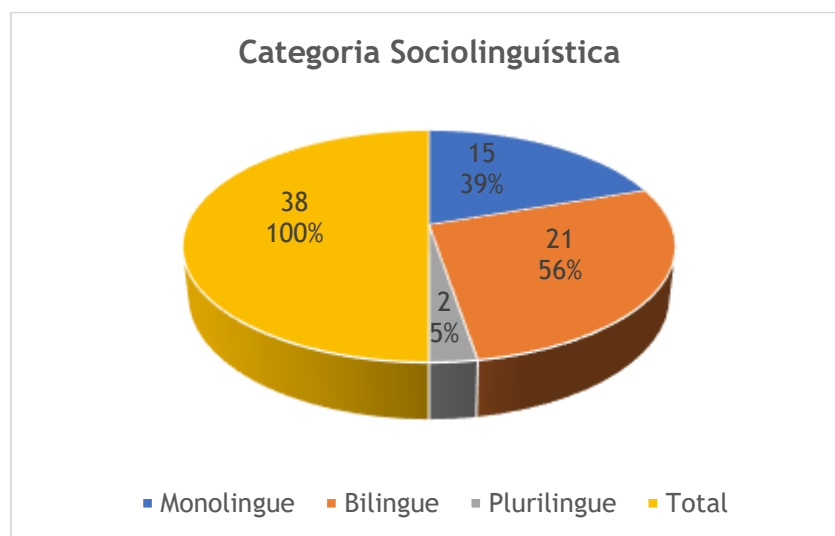


Gráfico 4: Categoria Sociolinguística

A tabela 4 e o seu respetivo gráfico mostram que a população estudada é maioritariamente bilingue, correspondendo a uma percentagem de 56% (21 estudantes), enquanto 39% que corresponde a 15 estudantes é monolingue, ao lado de 5% (2 estudantes) que são plurilingues. Na amostra, verifica-se que a realização linguística destes se processa de várias formas: i) os monolingues comunicam em Português, ii) os bilingues comunicam em Português e numa das línguas autóctones, sendo maioritariamente Umbundu, iii) finalmente, os plurilingues que falam o Português e mais do que uma língua autóctone.

Contudo, constata-se que os dados apresentados traduzem o complexo linguístico existente em Angola e que, não obstante a esse quadro, os cidadãos conseguem conviver de maneira harmoniosa. Essa situação também se observa a nível de outros ciclos de ensino. De facto, todos os sistemas de ensino nacional apresentam essas características, daí ser fundamental a abordagem sociolinguística para a compreensão das peculiaridades das turmas, no que diz respeito ao ensino do Português, sobretudo como língua segunda.

Tabela 5: Estatuto do Português em Angola

Estatutos do Português	Frequência	Percentagem
LN	6	16%
LO	31	81%
LM	0	0%
LS	1	3%
LE	0	0%
Total	38	100%

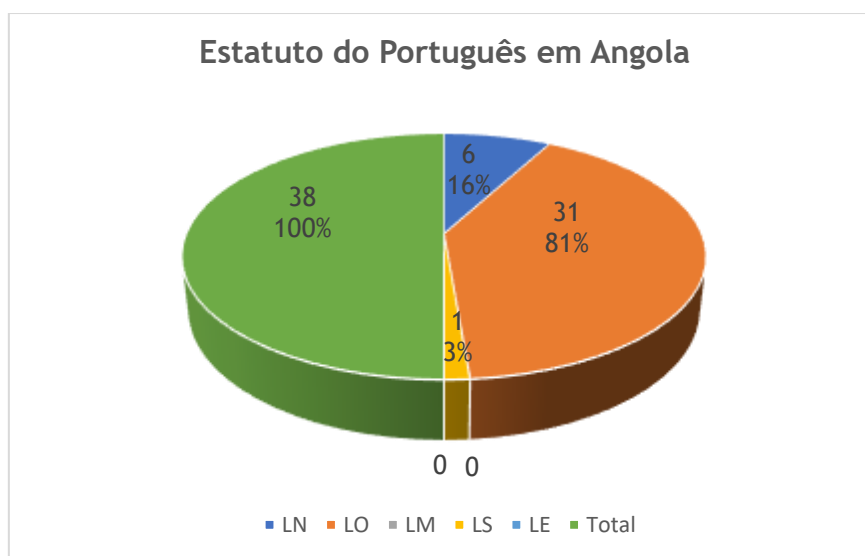


Gráfico 5: Estatuto do Português em Angola

Pela leitura dos dados constantes na tabela 5 e o seu respetivo gráfico, verifica-se que a maioria do público alvo, que corresponde a 81% (31 informantes), considera que o Português, em Angola, possui o estatuto de Língua Oficial, confirmando o conhecimento sobre o estatuto jurídico que a CRA confere a esta língua. Contrariamente, a maioria, um

número de 6 informantes, que perfaz 16%, considera que o Português tem o estatuto de Língua Nacional, sendo este estatuto aquele que mais se identifica com o papel desempenhado pelo Português em Angola. Na verdade, este é o idioma que mais traduz o conceito de Língua Nacional, por ser a língua que permite a comunicação entre todos os cidadãos angolanos, comparando com as línguas locais ou regionais (línguas da família bantu). Na mesma sequência, se entendermos que o Português não é uma Língua Nacional no território angolano, pelo menos em termos formais, mas sim Língua Oficial, então podemos considerá-lo como sendo Língua Segunda. Com efeito, conforme se observa no gráfico e tabela em causa, apenas 3% considera que este idioma possui o estatuto de Língua Segunda, o que pressupõe alguma dificuldade no reconhecimento de informação sobre o estatuto da LP em Angola e o seu ensino, enquanto LNM.

Tabela 6: Estatuto do Português escolhido para o ensino em Angola

Estatutos	Frequência	Porcentagem
LN	8	21%
LO	21	55%
LM	5	13%
LS	4	11%
LE	0	0%
Total	38	100%

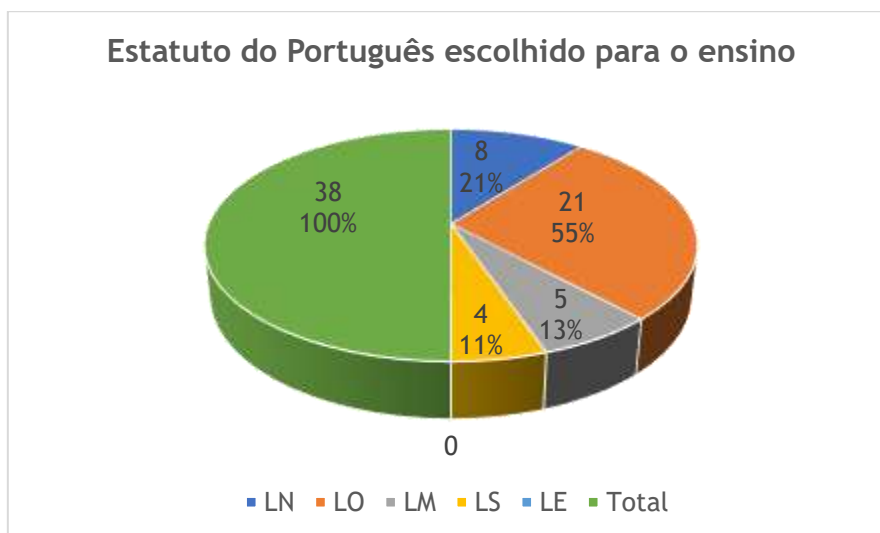


Gráfico 6: Estatuto do Português escolhido para o ensino em Angola



Perante os resultados apresentados na tabela 6 e seu respetivo gráfico, notamos que o grupo representativo (55%), correspondente a 21 informantes, é de opinião que o Português seja ensinado com o estatuto de Língua Oficial, denotando que este idioma, claramente, deva ser ensinado como Língua Segunda em Angola, uma vez que nos PALOP a LO é, geralmente, LS. Segundo esse grupo, a diversidade linguística angolana justifica a razão de o Português ser ensinado como Língua Oficial. Ao lado dessa maioria, 21% (8 informantes) considera que o mesmo idioma deveria ser ensinado como Língua Nacional, por ser falada a nível de todo o território nacional. Contrariamente aos informantes já mencionados, 13% considera que o Português deveria ser ensinado como Língua Materna, justificando que desta forma os falantes estariam isentos do fenómeno de interferência linguística, o que nos parece paradoxal, na medida em que antes do Português já o território angolano possuía as línguas autóctones que, pela mesma razão, no contacto com a língua europeia produz o fenómeno de interferências e trocas recíprocas. Por último, apenas 11% considera que o Português deveria ser ensinado como Língua Segunda, por haver muitos falantes que têm como L1 uma das línguas locais. Os dados mostram que o nosso público alvo tem consciência sobre a coexistência das línguas autóctones e da língua portuguesa, aliando as consequências que daí resultam.

Tabela 7: Nível de conhecimento sobre o ensino do Português como LS

Informação	Frequência	Porcentagem
Sim	34	89%
Não	4	11%
Total	38	100%

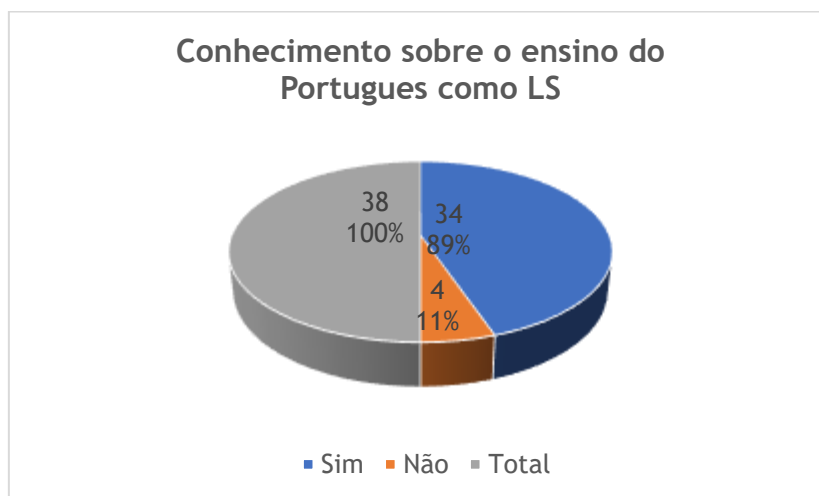


Gráfico 7: Conhecimento sobre o ensino do Português como LS

Os resultados referentes à questão da tabela 7 e o seu respetivo gráfico realçam que grande parte dos nossos informantes, que corresponde a 89% (34 informantes), possui informação sobre o ensino do Português como Língua Segunda, afirmando ter obtido o mesmo conhecimento a partir da escola, do rádio e da televisão. Por outro lado, 11% (4 informantes) respondeu que não têm essa informação. Todavia, pela falta de formação sobre o PLS e pouca divulgação no seio das instituições de formação de professores, acreditamos ser urgente a promoção e massificação da abordagem na especialidade, recorrendo à componente sociolinguística.

Tabela 8: Domínio das línguas maternas de Angola (línguas bantu)

Línguas angolanas	Frequência	Percentagem
Umbundu	20	53%
Kimbundu	0	0%
Cokwe	1	3%
Kikongo	2	5%
Nyaneka	3	8%
Kwanyama	1	3%
Nganguela	2	5%
Helelo	0	0
Sem domínio	9	23%
Total	38	100%

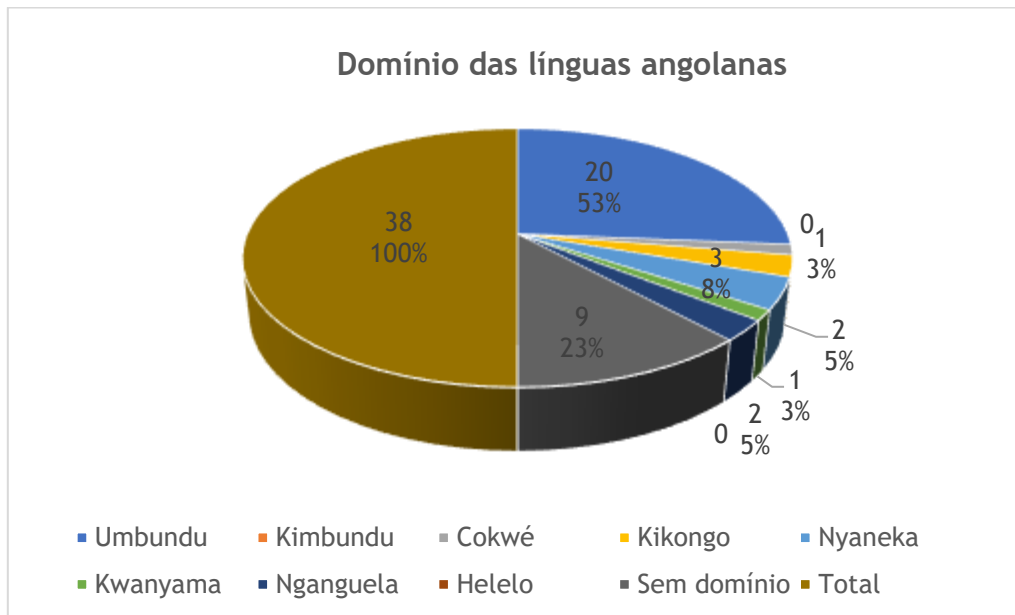


Gráfico 8: Domínio das línguas angolanas

Pela observação da tabela 8 e o seu gráfico respetivo, constatamos que a maior parte dos nossos inquiridos, num total de 20 informantes (53%) e que corresponde à população representativa, tem o domínio da língua Umbundu, que é a língua autóctone dominante nesta parcela do país e uma das línguas angolanas com mais falantes, o que confirma os dados estatísticos apresentados no recente Censo da Habitação e da População de Angola (2014). Para esta questão, verificamos que três dos nossos informantes selecionaram mais do que uma língua local, o que implica serem bilingues ou plurilingues. Por conseguinte, os dados mostram-nos que 9 dos nossos inquiridos têm o domínio de outras línguas, conforme se pode ver na tabela e no gráfico, ao passo que outros 9 não falam ou não dominam alguma das línguas locais. Segundo a leitura dos inquiridos, percebemos que aqueles que não dominam qualquer dessas línguas são mais novos em idade (situados entre 19 a 25 anos) e comunicam com mais segurança em Português, por ser considerada a LM dos mesmos. Com efeito, no seio dos jovens, precisamente, os que vivem nas grandes cidades, como é o caso do Lubango, essa realidade de não dominar as línguas locais é generalizada. Ainda assim, apesar de não

possuírem o pleno domínio, normalmente, conseguem entender o que se diz naquelas línguas, conforme as origens de cada um.

Tabela 9: Relevância da abordagem sobre a variação linguística para o ensino do Português

Resposta	Frequência	Porcentagem
Sim	38	100%
Não	0	0%
Total	38	100%

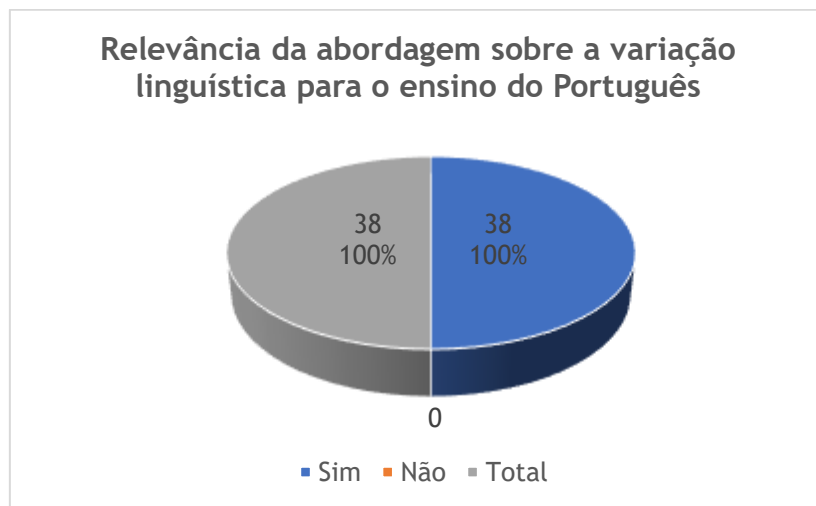


Gráfico 9: Relevância da abordagem sobre a variação linguística para o ensino do Português

Como se pode observar no gráfico acima e na respectiva tabela 9, a compreensão da temática sobre a variação linguística para o ensino do Português é considerada como sendo relevante por todo o grupo alvo (100%), correspondendo à totalidade da população em estudo (38 inquiridos). Segundo os informantes, a relevância desta abordagem permite compreender melhor a realidade sociolinguística de Angola e dos alunos, especialmente, no contexto de ensino-aprendizagem do Português, fornecendo uma nova visão para um tratamento linguístico diferente do tradicional e distante do que se tem chamado de preconceito linguístico.

Tabela 10: Nível de conhecimento sobre as concepções de linguagem

Respostas	Frequência	Porcentagem
Sim	12	32%
Não	18	47%
Sem resposta	8	21%
Total	38	100%

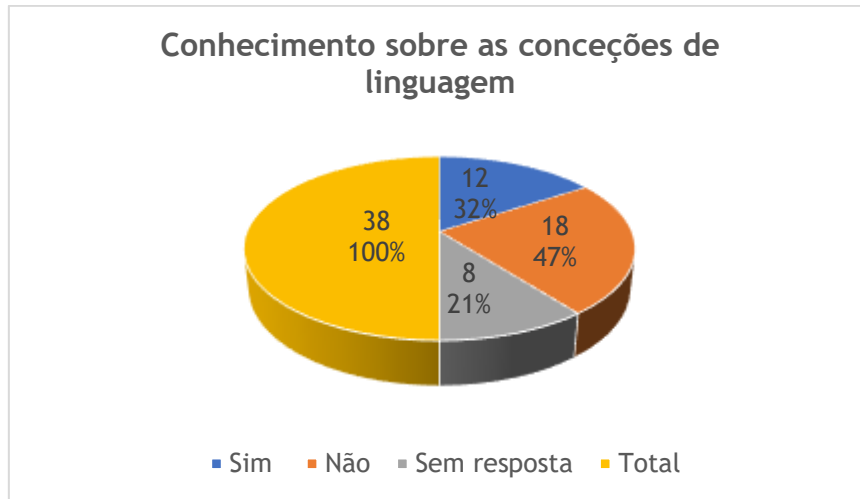


Gráfico 10: Conhecimento sobre as concepções de linguagem

Com base nos dados da tabela 10 e o seu respectivo gráfico, constatamos que a maioria do nosso público alvo não conhece as concepções de linguagem que refletem o ensino de uma determinada língua, isto considerando que 18 deles (47%) responderam que não e 8 (21%) simplesmente não responderam, ao passo que apenas 12 dos informantes (32%) responderam que conhecem. Ainda assim, a minoria que respondeu que conhece revelou alguma falta de conhecimento explícito sobre esta abordagem, uma vez que não justificou qual delas garante um ensino efetivo do Português ou de língua. Assim, constata-se que o referido quadro traduz a necessidade de reflexão e/ou reformulação do modelo ou plano curricular fornecido pelos Institutos Superiores de Formação de Professores, tendo em atenção a área de Linguística/Português, enquanto responsável pela formação e preparação de professores de Língua Portuguesa.

Tabela 11: Consideração da gramática como o principal instrumento de ensino da Língua Portuguesa

Respostas	Frequência	Porcentagem
Sim	33	87%
Não	5	13%
Total	38	100%

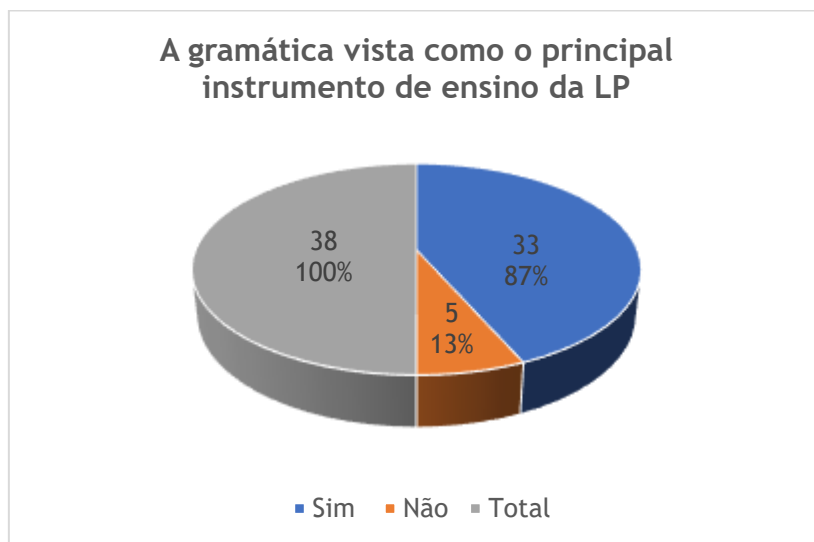


Gráfico 11: Consideração da gramática como o principal instrumento de ensino da Língua Portuguesa

Ao observarmos os resultados da tabela 11 e o seu respetivo gráfico que se apresentam acima, verificamos que a maior parte dos nossos inquiridos (87%) considera a gramática como o principal instrumento no ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa, o que pode justificar o desconhecimento sobre as conceções da linguagem e, conseqüentemente, que conceção deve ser adotada para um ensino efetivo do Português em Angola. Nesta sequência, a maioria referida justifica que o ensino do Português é fundamentado na gramática e, por sua vez, é a gramática que permite ensinar as regras da língua, o padrão, o que pressupõe que ensinar a língua é ensinar a gramática (modelo tradicional que concebe a linguagem como instrumento de comunicação). Deste modo, percebemos ainda estar patente uma visão tradicional do ensino do Português, visto que 33 dos nossos informantes pensam que é a gramática que garante o ensino-aprendizagem de uma dada língua, que o ensino de língua é a aula de gramática e que com ela se

desenvolve as competências comunicativa e linguística. Ora, esta apreciação não retira a validade da gramática no ensino de língua, porém, ela não deve ser vista como o principal instrumento de ensino-aprendizagem, mas sim um recurso, um elemento auxiliar ao lado da concepção de linguagem como um processo de interação e comunicação, sendo a concepção mais adequada para o ensino de língua, na medida em que a mesma envolve os aprendentes ou falantes numa efetiva realização da linguagem, enquanto faculdade humana.

Com efeito, dos dados obtidos, apenas 5 informantes (13%) não privilegiam a gramática como sendo o principal instrumento no processo de ensino-aprendizagem do Português, todavia, não fundamentaram a opção tomada nesta questão, o que revela a falta de conhecimento sobre esta abordagem.

Tabela 12: Nível de conhecimento sobre fenômenos linguísticos que explicam os enunciados apresentados em F1 e F2

Informação	Frequência	Porcentagem
Resposta dada	32	84%
Resposta não dada	6	16%
Total	38	100%

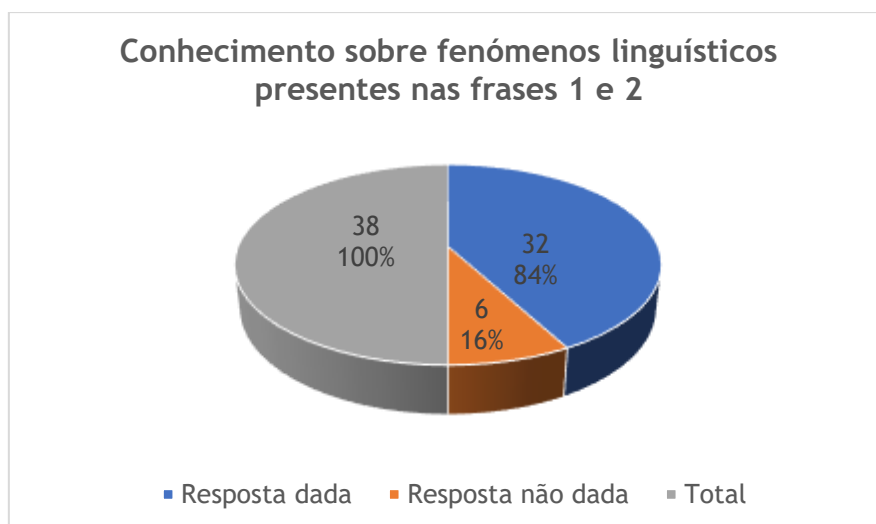


Gráfico 12: Conhecimento sobre fenômenos linguísticos presentes nas frases 1 e 2

Perante a leitura da tabela 12 e o seu respetivo gráfico, podemos observar que grande parte do nosso público alvo, correspondente a 32 informantes (84%), respondeu à questão colocada, contrariamente a 16% (6 informantes) que não respondeu. Face a estas constatações e perante os enunciados apresentados em F1 e F2, verifica-se que parte do grupo que respondeu considera estar presente o fenómeno de interferência das línguas maternas de Angola no Português, ao passo que metade do mesmo grupo considera haver erros na colocação dos elementos da frase ou oração, sem, no entanto, fazer referência ao tipo concreto de fenómeno em causa. Contudo, apesar de algumas respostas estarem próximas da questão formulada, de modo geral, a interpretação do conteúdo das respostas, do grupo representativo no gráfico e tabela, em função da análise feita, é reveladora de não haver um conhecimento manifesto sobre a abordagem dos fenómenos de interferência linguística e de contacto de língua e, especificamente, em Línguas Bantu, enquanto disciplina ou unidade curricular do Curso de Linguística/Português.

Quanto aos informantes que não responderam, presume-se terem tido receio em responder, bem como revelam a ausência de domínio sobre a questão formulada no inquérito, o que pode traduzir alguma insuficiência curricular, daí a necessidade de se refletir em prol do futuro do ensino do Português em Angola.

Tabela 13: Conhecimento sobre o perfil sociolinguístico do professor de Língua Portuguesa

Respostas	Frequência	Percentagem
Sim	27	71%
Não	11	29%
Total	38	100%

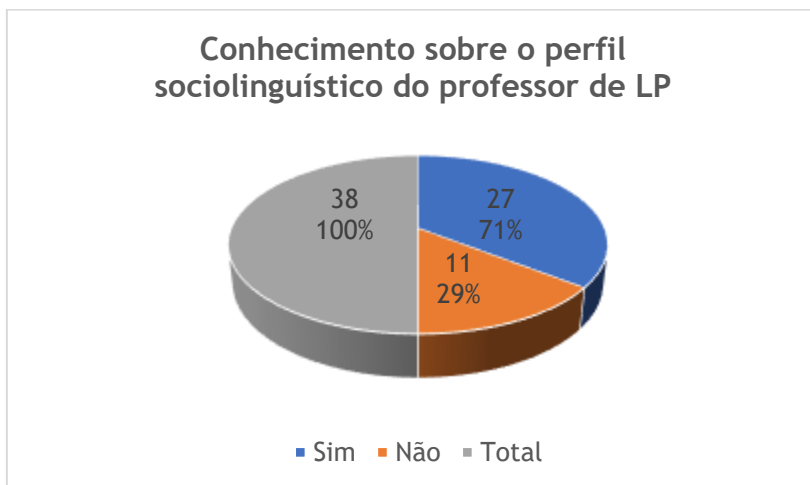


Gráfico 13: Conhecimento sobre o perfil sociolinguístico do professor de Língua Portuguesa

Como se pode verificar na tabela 13 e no seu respetivo gráfico, a maior parte dos nossos informantes, correspondendo a 71% (27 informantes), respondeu que tem conhecimento sobre o perfil sociolinguístico do professor de Língua Portuguesa, ao passo que 29% (11 informantes) respondeu que nunca ouviu falar. Todavia, do ponto de vista de correspondência de informação, os resultados que obtivemos do grupo que representa a maior percentagem, quanto à questão formulada, mostram-nos haver alguma discrepância entre a opção selecionada (o sim) e a justificação da referida preferência, fazendo com que os resultados neste ponto sejam questionáveis, pelo facto de dar a entender uma certa tendência que centraliza o professor no processo de ensino-aprendizagem, em que a aula é fundada na exposição. Esta discordância manifesta-se na medida em que as respostas dadas acabam por nos revelar um conhecimento parco e implícito sobre a abordagem do perfil sociolinguístico do professor de línguas, bem como um certo desconhecimento a nível dos pressupostos sociolinguísticos e linguísticos para o ensino do Português.

Sendo assim, tendo em conta as respostas fornecidas pelos nossos informantes, os dados que se apresentam não nos asseguram um real conhecimento sobre o perfil sociolinguístico do professor de Língua Portuguesa por parte do grupo representativo que se pode observar no gráfico e na tabela, visto que ao fundamentarem o sim escolhido, no



que se pede em 16.1, a maioria referida apenas mencionou que o professor de Língua Portuguesa deve possuir conhecimento sobre a variação linguística e ter o domínio da gramática, para ensinar as regras da língua aos alunos, conforme muitos responderam em relação à pergunta número 14. Nós entendemos que o ensino de língua deve proporcionar as possibilidades de interação comunicativa entre os falantes e não centralizar o professor no processo, preocupando-se a ensinar regras gramaticais, privilegiando o método expositivo.

A análise de todos os dados permitiu-nos perceber a existência da necessidade de se refletir sobre a abordagem sociolinguística e o ensino de línguas no seio de profissionais, de estudantes e de futuros professores de Língua Portuguesa, numa visão em que se possa abrir caminhos capazes de possibilitar o progresso e a mudança de paradigma, face aos tempos atuais e fundamentado na própria realidade social, bem como nacional. Após a análise dos resultados, percebemos que os nossos inquiridos possuem as noções fundamentais requeridas, pressupondo que o plano curricular oferecido pelo ISCED, no que concerne à formação de professores de língua, não está bastante distanciado do ideal, o que não lhe retira a necessidade de reflexão, avaliação e a devida adequação, de acordo com a realidade atual. Não obstante ao que foi dito, a forma como os referidos informantes responderam a determinadas questões, a falta de justificação às opções adotadas, e.g., faz revelar um conhecimento parco e uma certa inexperiência (ausência de preparação) cuja origem não nos ocupamos neste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao olharmos para a situação linguística de Angola, dada a sua complexidade, pensamos ser urgente a abertura de discussões que respondam aos vários problemas atinentes aos aspetos etnolinguísticos, sociolinguísticos e outros que, do ponto de vista de unidade nacional, estão mais ligados ao uso da língua portuguesa pelos cidadãos.



No que concerne à língua materna, é de realçar a preponderância de se manter um vínculo positivo e significativo às origens familiares, mesmo que isto implique mais trabalho, levantando novos desafios em torno da didática e da pedagogia e reconhecendo a LM como vantagem ou recurso cognitivo, elevando os níveis de ensino-aprendizagem do Português, uma vez que os avanços científicos e tecnológicos, o desenvolvimento económico, a globalização, o âmbito da cooperação bilateral entre os vários países e os membros de diversas organizações internacionais, os *media* e a escolarização entre outras necessidades não deixam de exigir uma aprendizagem e utilização da língua portuguesa efetiva.

REFERÊNCIAS

- ADRIANO, Paulino. **Tratamento morfosintático de expressões e estruturas fráicas do português em Angola** - Divergências em relação à norma europeia. Évora: Universidade de Évora, 2014.
- CASTRO, Ivo. **Introdução à historia do português**. Lisboa: Edições Colibri, 2006.
- GASPAR, Lisete, OSÓRIO, Paulo e PEREIRA, Reina. **A língua portuguesa e o seu ensino em Angola**. Rio de Janeiro: Dialogarts.
- MINGAS, Amélia. **Interferências do kimbundu no português falado em Lwanda**. Porto: Campo das Letras, 2000.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, **Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino (LBSEE)**, 2016.
- UNDOLO, Márcio. **Caracterização da norma do português em Angola**. Évora: Universidade de Évora, 2014.

Recebido Para Publicação em 19 de junho de 2018.

Aprovado Para Publicação em 25 de julho de 2018.